



MUSEU DO ÍNDIO

MUSEU AO VIVO

ANO IV

nº 10



Maio a dezembro / 93



Abertura da exposição "Viva Yacumamã", em setembro, no Museu do Índio (Editorial, pág. 2)

**MUSEU DO ÍNDIO
reabre suas portas
ao público
retomando seu
espaço no cenário
cultural do Rio**

Encontro no Rio debate saúde dos povos indígenas



Criança Mbya-Guarani (pág. 4)

Entrevista

Francisco Witt,
indigenista da Funai,
fala sobre seu trabalho
junto aos Guarani

(pág. 3)



NACIONES UNIDAS



AÑO INTERNACIONAL 1993



DERECHOS HUMANOS

EDITORIAL

As palavras de Danielle Girandy e Henri Bouilhet numa publicação sobre museus, voltada a não especialistas ou iniciados, serviram à reflexão de todos nós sobre como lidar com um museu carente de recursos financeiros e humanos, com instalações físicas precárias e com o desejo de se transformar. Eles dizem que "o museu é a casa dos objetos dos homens, fabricados ontem, hoje, aqui ou ali. Nele, Tempo e Espaço são abolidos. Na idade do efêmero e do consumismo, o museu conserva para o amanhã. Ai reside sua singularidade, seu papel e seu objetivo. Mas essas insubstituíveis coleções de objetos originais bi ou tridimensionais são tão inúteis ao visitante quanto um livro nas mãos de um analfabeto, se não forem expostas de modo a serem compreendidas ou amadas." Essa nossa intenção: preservar a memória cultural dos povos indígenas, de que somos depositários há 40 anos, a partir das peças produzidas pelas mãos de quem traz em si a identidade de culturas diferenciadas e milenares; e a partir dos registros de costu-

mos indígenas perdidos no tempo ainda do Marechal Rondon e vivenciados em espaços, hoje, já transformados. Assim, detemos parte de um passado e também marcas da contemporaneidade dessas populações brasileiras.

O Museu do Índio quer viver uma nova fase. Colocar seu acervo, seu prédio

de nosso Museu com a exposição VIVA YANOMAMI.

Nosso esforço está, hoje, concentrado na recuperação de nossas instalações e na reconquista de nosso público, afastado por mais de um ano, desde o fechamento da exposição permanente e da Biblioteca Marechal Rondon.



Desenho elaborado por Marcos, da Escola Municipal Domingos Bebiano (RJ), durante a abertura da exposição "Viva Yanomami"

e seu pessoal a serviço do público, de forma integral e sobretudo, manter o compromisso e ser uma instituição contra o preconceito. Em setembro, abrimos par-

te e há um longo caminho a trilhar, mas o Museu se mostra vivo e disposto à vida. Compõem sua organização atual os Serviços de Museologia, Estudos e Pesqui-

zas, Atividades Culturais e Divulgação, Documentação, Biblioteca, Registro Audiovisual, Administração e Comunicação Social. Buscamos junto à comunidade apoio para a revitalização do Museu do Índio e contamos já com importantes subsídios. A Presidência da FUNAI, apesar de suas dificuldades orçamentárias, demonstra interesse em cooperar com o nosso esforço, destinando recursos para obras emergenciais.

Acalentamos um desejo: transformar, com criatividade e profissionalismo, a realidade do abandono a que foram relegadas as instituições culturais desse país; transformar a imagem de um Museu borento, sisudo e hermético numa instituição viva e dinâmica, através de exposições e atividades múltiplas que levem cada visitante a compreender e amar as diferentes maneiras de produzir e de ser humano.

Jussara Gomes Vieira
Antropóloga
Diretora do Museu do Índio

EM FOCO

Yanomami

O massacre dos Yanomami tornou-se assunto polêmico. O importante não é discutir o número de índios mortos ou o local onde ocorreu a violência e, sim, a manutenção da integridade física e cultural da sociedade Yanomami.

No Brasil, existem, apenas no Estado do Roraima, 10 mil Yanomami, morando em cerca de 200 aldeias num território de 9,4 milhões de hectares nos Estados de Roraima e do Amazonas.

Fechado ao público há mais de um ano devido à proximidade do prédio central, o Museu do Índio retomou suas atividades, em setembro, promovendo a mostra fotográfica "Viva Yanomami", de Milton Guran. Com isso, a instituição pôde expressar o seu repúdio ao massacre Yanomami, cumprindo um de seus objetivos ao prestar esse serviço à comunidade.

Expediente

Museu do Vivo — nº10 — Ano IV — Maio a dezembro/93

Editado pela Comunicação Social
Museu do Índio
Fundação Nacional do Índio

Presidente da Funai
Dinarte Nóbrega de Medeiros

Diretor do Museu do Índio
Jussara Gomes Vieira

Formação:
Crônicas de Jussara Borelli Borelli
reg. prof. 18.678

Consultores Técnicos:
Arilda Nazareni de Almeida (antropóloga)
e Maria Elizabeth Bole Mourão (antropóloga)

Técnicos de Laboratório:
José Domingos Lemos

Mala-Direito
Rilda Araújo

Colaboração:
Governador do Estado (parágrafos 7 e 8)

Distribuição gratuita

Imagens: tiradas em campo

Agência Cultural:
Editora EXPRESSÃO E CULTURA -
Rua da Lapa

Museu do Índio
Rua das Palmeiras, 55 - Botafogo
Rio de Janeiro - RJ CEP: 22.279-070
Telefone: (21) 266-8800
Telefax: (21) 266-0845
Telex: 37091

NV não se responsabiliza por conteúdos emitidos em matérias assinadas.

OPINIÃO

Povos indígenas, elo fundamental na luta pela preservação da biodiversidade

A campanha pela preservação da biodiversidade da Terra e a luta em favor dos povos indígenas de todo o mundo são ações conjugadas e inseparáveis. Esta é uma das conclusões de um levantamento feito pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e divulgado por ocasião do Dia Mundial da Alimentação, celebrado a 16 de outubro. A FAO mostra que a preservação das espécies ameaçadas está intimamente vinculada ao respeito aos direitos dos índios, incluindo aí seus costumes e tradições, já que esses povos têm um conhecimento milenar de plantas comestíveis e medicinais.

O acesso às tecnologias avançadas e à ciência contribui sem dúvida para aumentar o bem-estar da humanidade, mas é cada vez mais amplo o reconhecimento do valor que o conhecimento indígena tem para o tratamento de problemas ambientais, lembra a FAO. Um exemplo citado pela agência da ONU é que cerca de três quartos dos remédios extraídos de plantas medicinais foram descobertos e desenvolvidos porque já eram tradicionalmente utilizados por populações

indígenas. Calcula-se que os índios empregam pelo menos 1.300 espécies de plantas para fins curativos ou similares. Cerca de 60 espécies são usadas para infusões de pele apenas na região da Amazônia, diz a FAO.

Apesar de sua enorme importância para a preservação da biodiversidade e para a transformação do conhecimento tradicional das plantas, as populações indígenas estão sob permanente ameaça. A FAO assinala, por exemplo, que mais de 90 diferentes grupos indígenas da região amazônica desapareceram neste século.

Outra agência da ONU, a OIT (Organização Internacional do Trabalho), também abordou recentemente a ameaça aos povos indígenas e a violação a seus direitos mais elementares. Segundo a OIT, existem atualmente 300 milhões de índios no mundo, a maior parte vivendo no último degrau da escala social dos países em desenvolvimento. "Em muitos desses países os povos indígenas apresentam as piores taxas de mortalidade infantil, os mais baixos índices de educação e treinamento e, ainda, as piores taxas de

alcoolismo e diversas doenças", diz Michel Hansen, Diretor Geral da OIT.

Segundo estudos realizados por esta agência da ONU, apresentados durante a Conferência Mundial de Direitos Humanos, que se realizou em Viena, existem atualmente cinco mil grupos tribais espalhados pelo mundo, que equivalem a 4,8 por cento da população do planeta. São 30 milhões na América Latina e no Caribe e 16 milhões na América do Norte, mas é na Ásia que se concentra o maior número de populações indígenas: quase 200 milhões de pessoas. Os mais de 50 milhões restantes estão na África e no Oriente Médio.

Os pesquisadores da OIT ressaltam, contudo, que as estatísticas sobre a situação social dos povos indígenas são incompletas, em muitos casos devido à falta de colaboração dos governos. Até hoje, apenas cinco países ratificaram a Convenção de número 169 da OIT que permite a essa agência da ONU monitorar a situação dos povos indígenas.

Colaboração do Centro de Informação das Nações Unidas

ENTREVISTA

Francisco Witt

MV - Como você vê o trabalho indigenista, especialmente junto aos Guaraní?

FW - Como os Guaraní ocupam vários Estados do Brasil e países vizinhos, das grandes capitais aos interiores, trabalhando com eles nos tornamos, também, viajantes, turistas e aventureiros profissionais, conhecendo de tudo.

Os Guaraní não se restringem às áreas demarcadas. Ali resistem, mas andam por toda a parte, como se existisse vasculhando o mundo, disfarçados de peões, metalúrgicos, artesãos e curandeiros. Daí o caráter especial do indigenismo que se desenvolve junto a esta tribo.

MV - Você conhece várias áreas Guaraní. O que estas populações têm em comum e o que as diferencia?

FW - Em comum, as quatro formas básicas de falar o Guaraní, que são inteligíveis entre si. Em geral, são amistosos, resignados e realistas quanto ao abandono da religião tradicional.

Em relação às diferenças, são os Kaiowá apátridas ao lugar natal e os Mbyá, à mobilização pelo vasto território tribal considerado. Os Nhandewa, "mais liberais", estão se diluindo nas sociedades envolventes, sejam estas a indígena, a paraguáia, a caiçara e outras.

Poucos Guaraní-Nhandewa falam ainda a língua antiga da tribo. Muitos não usam mais o guaraní, o que é difícil entre os Kaiowá-Guaraní e mais raro, ainda, entre os Mbyá, que têm conservado o idioma original.

MV - Como analisa o questionário de saúde entre os Guaraní?

FW - Os Mbyá-Guaraní administram mal a inclusão de alimentos industrializados à sua dieta tradicional. Crianças de crianças têm morrido de desnutrição devido à alimentação de leite ser incorreta depois dos oito meses de idade. As mães passam a dar água com açúcar, agradando a criança sem a nutrir. É muito difícil os índios entenderem que o açúcar não mata, quando usado como alimento básico ou exclusivo.

O pão instantâneo (farinha de trigo refinada com água) assado, na bresa, causa também desnutrição nos adultos. Os Guaraní adoecem muito por isso, mas não existe, certamente, alimento mais rápido do que preparar água doce (YY'E'E) e pão frito (MBODJAJE).

Há problemas de saúde causados pela falta de higiene, principalmente Escabiose e Impetigo, que junto com a nutrição incorreta são as causas da maioria das doenças do Mbyá-Guaraní.

Entre os Kaiowá-Guaraní do Mato Grosso do Sul, a fome e o álcool não matam muita gente. Os homens não trabalham nas fazendas e as mulheres e as crianças ficam sós, quase sem nada, naquelas áreas pequenas e devastadas, sem caça, peixes e roças. Tuberculose, também, mata muitos índios nessas regiões.

MV - E a atuação das lideranças Guaraní em defesa de suas terras?

FW - Ouvi líderes afirmarem que "do mar para cá" tudo é terra e que não há países. Assim, falavam alguns velhos que viajavam do Paraguai a Montevideu sem documento algum. Os Guaraní são os índios que têm menos terras demarcadas, por não pressionarem os governantes.

MV - De que forma os Guaraní constroem suas perspectivas de futuro e como passam isto para as crianças?

FW - As crianças ouvem, vêem e acompanham os adultos em quase tudo o que eles fazem no trabalho, na caça, na cozinha, na construção de casas, nos rituais religiosos, etc. Assim, o cotidiano é uma aula permanente.

A elaboração do presente, do atual possível, controla o futuro, cujas perspectivas são mais periclitadas que repassadas. Os mitos, os heróis históricos e atuais e as histórias que ouvem inspiram e animam os Guaraní, contribuindo para a sua formação ética, conduta e aspirações futuras.

MV - Qual a localização e população atual Guaraní no Brasil?

FW - Sapocho que sapocho saíu exatamente. Talvez, existam 20 mil índios Guaraní. A maioria está no Mato Grosso do Sul. Muitas comunidades vivem, no litoral, na Serra do Mar. Outras, no interior, habitando áreas demarcadas para outros índios, compartilhando, problematizadamente, o mesmo espaço. Há, também, Guaraní pelas estradas, sob pontes e nas periferias dos grandes centros urbanos.

O gaúcho Francisco Aureliano Dorneles Witt, 37 anos, 20 dos quais dedicados ao indigenismo, trabalha há sete anos na Fundação Nacional do Índio-Funai, junto aos índios Guaraní.

"Conferência realizada no auditório do Museu do Índio, no segundo semestre de 1991, promovida pelo Núcleo de Doenças Endêmicas Samuel Pessoa, da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz, a Museu do Índio/Funai.

Epidemia e Morte: O Caso Karipuna *

Por Arilda Nazareth Almeida e José Carlos Levino
(antropólogos do Museu do Índio/Funai)

O antropólogo José Carlos Levino e Arilda Nazareth Almeida do Museu do Índio vêm desenvolvendo o projeto Imagem, Formas e Palavras: a etnografia de um acervo, procurando sistematizar e analisar o material referente aos grupos indígenas conhecidos como Karipuna. No âmbito deste projeto, procedeu-se à análise do processo fundatório Karipuna, que temita na Funai desde 1977, tratando da necessidade de delimitação da área destes índios, então considerados recém-contatados.

Os Karipuna mencionados pertencem à família linguística Karahiv e estão localizados no Rio Jaci-Paraná, Estado de Rondônia. Em 1977, contavam 32 indivíduos, e em meados de três anos, no início de 1981, somavam apenas oito.

A leitura deste processo é construída através da representação que o órgão e, conseqüentemente, a sociedade brasileira elaborou acerca dos grupos isolados e dos indícios clínicos para evidenciar sua passagem de condição de isolados à de contatados. Neste percurso, surgem a epidemia e a morte, questões básicas a este trajeto.

O processo técnico-burocrático analisado não do ponto de vista de política indigenista, mas apreendido estruturalmente, ou seja, tomando evidentes as categorias que o compõem, destacando o "mito da pacificação" de suas vestes tão essenciais ao discurso do desenvolvimento nacional e da integração dos grupos indígenas. Assim, através de uma prática de domesticação dos corpos índios e do espaço onde vivem, a política indigenista sobrevive e se justifica, construindo identidades.

Representações sobre a saúde e a doença do Alto Xingu *

Por Cibele Barreto Lins Vasconcelos (antropóloga da UNESP/Sorocaba)

A região do alto Xingu, que é habitada tradicionalmente por 10 grupos de origem etnolinguística distintos, mas que, no entanto, formam uma mesma sociedade, foi denominada de área de aculturação inter-tribal, devido à homogeneidade cultural que os grupos indígenas lá apresentam.

Priorizando as representações sobre a doença, sob uma perspectiva comparativa entre a medicina tradicional indígena e a medicina ocidental moderna, a autora opta pela linha da antropologia da doença, de inspiração simbólica, em que a questão do sentido cultural é fundamental.

A análise toma como foco exemplar uma doença específica daquela área cultural, a doença da reclusão pubertária, uma categoria única que exprime tanto princípios nosológicos e etiológicos da medicina tradicional indígena, quanto a maneira particular com que a categoria tradicional correspondente (arawakivá em Kaxiké) foi apropriada pelos profissionais de saúde, segundo a lógica cultural da sociedade ocidental moderna. Assim, estudos clínicos e etnopsiquiátricos foram realizados com o intuito de classificar, estabelecer relações causais e orientar a terapia médica.

São descritas as implicações que os acontecimentos de doença possuem ao nível da organização social e política, das rivalidades intertribais, de histórias das relações de contato e da cosmologia em seitas as sociedades.

Dessa forma, a presença da cultura na percepção do fenômeno da doença na sociedade ocidental moderna é explicitada. A medicina ocidental, permeada pelo racionalismo, fragmentada e movida pelo individualismo, é contrastada com a concepção holista de teoria da doença na sociedade alto-oxinguana.

Ademais, em determinado período, os casos de doença da reclusão adquiriram um sentido diverso do tradicional para a população indígena da região, experimentando um momento crítico das relações intertribais, em que toda nova geração, questionando o ethos alto-oxinguano, pleiteia um novo papel nas relações de contato.

As conclusões da autora apontam para a necessidade de uma postura crítica diante dos programas de saúde da medicina ocidental para as populações indígenas, sugerindo sua adequação cultural por uma equipe multidisciplinar.

Bregalda é o mais novo amigo do Museu do Índio

"O Governo brasileiro precisa dar mais assistência ao Museu do Índio, já que, através dele, a população do Rio tem acesso às informações relacionadas aos povos indígenas. Acho fundamental o trabalho de divulgação deste Museu nas escolas, esclarecendo a situação dos índios brasileiros. A maioria das pessoas só se sente falar no assunto quando este vier

mancheu na imprensa, como o caso do massacre Yanomami." Esta é a opinião do árbitro de FIFA Pedro Carlos Bregalda do Camo (foto), 46 anos, atuando há 25 anos no futebol brasileiro e internacional.

Bregalda também é proprietário da Matex Roma — Materiais de Construção Ltda. (Rua Barão de Pombal, 81 — lojas A,B,C e D) —

Tijca / Tel.: 268-1649. Em outubro, o árbitro doca ao Museu do Índio parte do material necessário à reforma, prevista até o final do ano, das salas do prédio central e dos anexos, onde funcionam os setores técnicos e administrativos da instituição.



1ª Conferência Estadual de Saúde para os Povos Indígenas

"É importante termos oportunidade de participar das discussões sobre as necessidades do nosso povo", afirmou Domingos Venite, 36 anos, presidente da Associação Comunitária Indígena do Bracuí — ACTBRA. Com a presença de 11 representantes das Aldeias Guarani de Bracuí (Angra dos Reis/RJ) e Araponga (Parati/RJ) e especialistas na causa indígena, aconteceu, de 5 a 7 de outubro, no Rio, a 1ª Conferência Estadual de Saúde para Os Povos Indígenas, coordenada pela Fundação Nacional de Saúde — FNS, Fundação Oswaldo Cruz — Fiocruz e Museu do Índio/Funai. Durante o evento discutiram-se as relações de cooperação entre as instituições atuantes no campo da saúde, abrindo espaço político para a efetiva participação dos povos indígenas nesse processo.

Além de propostas relacionadas aos modelos assistencial e gerencial, participação indígena, medicina tradicional indígena, recursos humanos e papel das universidades e dos centros de pesquisa, fazem parte, também, do documento final da 1ª Conferência moções de apoio à demarcação imediata das áreas Guarani do Rio de Janeiro, repudiando qualquer tentativa de revisão constitucional que possa ameaçar a integridade de territórios já regularizados.

NISIs

A implantação dos Núcleos Interinstitucionais de Saúde Indígena — NISIs em cada Estado brasileiro com o princípio de paridade entre instituições e representantes indígenas foi assunto de destaque durante a mesa-redonda "O papel do poder público e a participação indígena no modelo gerencial proposto", contando com a presença de Jilão Cesar de Moraes (CESAI-Funai/SP), Sonia Saldanha (Departamento de Operações da FNS/Brasília), Regina Erthal (doutoranda da Escola Nacional de Saúde Pública — Fiocruz/RJ), Ulisses Confalonieri (Fiocruz/RJ) e lideranças indígenas Guarani.

O último dia do encontro foi marcado pela oficialização do NISI do Rio de Janeiro. "Os NISIs têm a função de definir as diretrizes e prioridades da assistência de saúde, bem como planejar, avaliar e fiscalizar as ações de formação e atenção à saúde indígena", conforme proposta aprovada.



Jussara Gomes (C), diretora do Museu do Índio, coordenou a mesa-redonda sobre as atribuições institucionais no campo da saúde para populações indígenas, entre Ulisses Confalonieri (Fiocruz) (E) e Luiz Renato Navega Cruz (Funai).

CRIANÇAS MBYA

Paralelamente à Conferência, aconteceu a mostra "Crianças Mbya", composta por 20 fotos (cor e p/b), de 1983, do comunicador audiovisual Williams Santos. A exposição retratou a realidade Guarani, sem disfarçar a difícil condição em que vivem as crianças Mbya, da Aldeia Bracuí, no município de Angra dos Reis/RJ.

O trabalho também participou, de 19 a 30 de outubro, da mostra coletiva internacional do Festival Iberoamericano de Teatro de Cádiz, na Espanha, dedicação à América Indígena.

INFORMES

Livros

- No dia 3 de outubro, na Livreria Sete Letras, o antropólogo e ex-estagiário do Museu do Índio Marco Antônio Gonçalves lançou *O Significado do Nome — Cosmologia e Nomenclatura entre os Pirahã*. Marco Antônio é professor de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ e mestre e doutorando em Antropologia Social pelo Museu Nacional / UFRJ. *O Significado do Nome* estuda a cosmologia de um povo praticamente desconhecido da etnologia, os Pirahã, descendente em do chefe do povo Mura, senhor de Madeira e de longo trecho do Amazonas durante o século XVIII, e que foi objeto de uma violenta guerra de extermínio movida pelos poderes coloniais, conforme apresentação do Prof. Eduardo Viveiros de Castro.
- A Editora Brasileira publica mais um livro da Coleção Primeiros Passos — *O que é Sociobiologia*, de autoria da ex-estagiária do Museu do Índio Gláucia Oliveira, professora da Universidade Federal Fluminense — UFF e doutoranda em Antropologia Social na Universidade de São Paulo — USP. O lançamento ocorreu, no dia 26 de outubro, na Livreria Timbre.

A Erva que veio dos Índios



Se alguém for convidado para tomar um chá de erva paraguiana, talvez estreme e coarvide, mas se for chamado para beber uma saborosa xícara de chá-mate certamente não vai recusar. *Her* é apenas o nome científico da erva-mate, base do famoso chá. Foi o cientista botânico Auguste Saint-Hilaire quem batizou a erva em 1822, classificando a planta através de amostras recolhidas em Curitiba, no Paraná. A erva-mate é nativa da região sul do Brasil, e além do Paraná ela é encontrada no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e em pequenas áreas do Mato Grosso do Sul e Paraguai.

Muito antes de Cabral e sua tripulação aportarem por aqui, os índios Guarani já tinham descoberto as delícias do mate. Eles acreditavam na força do líquido como renovador das forças e atribuíam à erva poderes curativos. Sábios esses índios que, em gesto de amizade, logo ensinaram aos colonizadores portugueses e espanhóis o costume de beber o mate. Felizmente o

ho-mem branco não é dado a guardar segredos e o hábito foi logo difundido. Atualmente, o chá-mate é produzido em larga escala, sendo a LEÃO JÚNIOR a principal produtora no país. Como todo produto natural que se preza, a erva-mate requer atenção de quem se dispõe a cultivá-la. A planta nasce associada aos Pinheiros do Paraná, as chamadas *arvoredoles angustifolias*.

A erva floresce na primavera, quando apresenta cachos de 30 a 40 frutos agrupados às folhas e chega a atingir 10 metros de altura. A colheita, ou seja, a poda das folhas é feita, normalmente, no inverno. A griseira pode acontecer quando a planta atinge os dois anos, e aos sete alcança produção plena. O período de vida de uma erva-mate pode ultrapassar 100 anos. A erva-mate pode ser consumida verde (na forma de chimarrão) ou tostada (como chá quente ou gelado).

IMPRESSO